SUMÁRIO

Agradecimentos ..... **VII**
Prefácio ..... **XIII**

CAPÍTULO 1

Introdução 1

CAPÍTULO 2

Os argumentos Consequencialistas 11

1. Que são argumentos consequencialistas? 11

2. Quais consequências considerar? 21

CAPÍTULO 3

Teoria Pura do Direito Tributário 35

1. O Direito Tributário invertebrado: o contexto dogmático do florescimento da concepção pura de direito tributário 37

2. A proposta de Becker: reeducação da atitude mental jurídica tributária 74

2.1. Primeiro passo da reeducação: compreender a embriogenia do Estado 78

2.2. Segundo passo da reeducação: aplicar a dualidade Estado-Realidade Natural e Estado-Ficção Jurídica na interpretação e construção do direito tributário . 84

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Os problemas da concepção 86
3.1. Críticas no âmbito da teoria do Estado de Becker.. 88
3.1.1. O Estado não é mero antecedente lógico do direito: a linguagem como fonte das realidades institucionais 88
3.1.2. O modelo de Estado influi na concepção de direito tributário 93
3.2. Críticas no âmbito da teoria do Direito de Becker.. 95
3.2.1. A interpretação para além da subsunção mecânica 95
3.2.2. A necessidade de uma teoria da argumentação ao lado da teoria das fontes 102
3.2.3. Argumentos consequencialistas nos julgados do Supremo Tribunal Federal: alguns exemplos 111
4. Os argumentos consequencialistas e o porquê de uma outra concepção de direito tributário 119

CAPÍTULO 4

Uma outra Concepção de Direito Tributário e os Limites Materiais dos Argumentos Consequencialistas 125
1. Delineamentos da concepção proposta 129
2. Primeiro elemento da concepção: o direito tributário como possibilitador material do Estado 139
2.1. As justificativas históricas 139
2.2. A dinâmica da obtenção de receitas: as espécies tributárias 182
2.3. Algumas conclusões preliminares 185
3. Segundo elemento da concepção: o direito tributário como meio assecuratório do Estado Democrático de Direito 186
3.1. Detalhamento do teste da hipótese: princípios, imunidades e o papel dessas normas na formação da concepção de direito tributário proposta 192

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2. Realização do aspecto formal do Estado Democrático de Direito: legalidade, isonomia, anterioridade, irretroatividade e capacidade contributiva 198
a) Legalidade 198
b) Isonomia 202
c) Anterioridade e Irretroatividade..... 205
d) Capacidade contributiva em seu aspecto objetivo.. 209
3.3. Realização de elementos do Estado Democrático de Direito pela tributação: princípios e bases impositivas como concretizadores da justiça distributiva..... 213
3.3.1. Princípios que revelam o caráter distributivo da tributação: capacidade contributiva, não-confisco e uniformidade geográfica..... 218
a) Capacidade contributiva em seu aspecto subjetivo 218
b) Não-confisco 221
c) Os limites da uniformidade geográfica e outros tratamentos diferenciados 224
3.3.2. As bases impositivas e as técnicas de proporcionalidade, progressividade e seletividade... 225
4. Resultado: uma outra concepção de direito tributário e os argumentos consequencialistas possíveis..... 232

CAPÍTULO 5

Os Argumentos Consequencialistas na prática do Supremo Tribunal Federal 235
1. A modulação de efeitos dos julgados do Supremo Tribunal Federal e a argumentação pelas consequências . 237
1.1. Interpretação da não-cumulatividade do IPI e o direito a crédito nas operações isentas e não tributadas 238
1.2. A revogação da isenção da COFINS das sociedades de profissão regulamentada..... 240
1.3. Os prazos de prescrição e decadência previstos nos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/1991 243

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.4. Balanço das decisões: critérios para o tema da modulação e a subjacência dos argumentos consequencialistas 244
1.5. A necessidade de financiar a Administração Pública como razão de decidir 249
2. Um outro argumento consequencialista possível: a realização da justiça fiscal 255
2.1. A progressividade de alíquotas no IPTU 257
2.2. A progressividade de alíquotas no ITCMD 259
2.3. Progressividade de alíquotas da COSIP 260
2.4. Justiça fiscal como razão de decidir 261
3. Conclusões 268

CAPÍTULO 6

Considerações Finais 271
Referências Bibliográficas 279

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br